

SOBERANIA E ESTATALIDADE NO CIBERESPAÇO: NOVAS FRONTEIRAS, NOVOS DESAFIOS

Theo Augusto Apolinário Moreira Fonseca & Lucas Antônio Nogueira Rodrigues***

A Era Cibernética chegou, nela a Filosofia da Tecnologia deixou de ocupar lugares periféricos nos debates acadêmicos e se encontra na mais destacada posição dos embates contemporâneos. A democracia, caminhou para uma ciberdemocracia, hoje indissociável dos fenômenos das redes e da integração digital. Na mesma medida, a cidadania dispõe-se quase como um fenômeno híbrido que sem a presença da internet é difícil de ser pensada. A partir disso, é notável que as instituições se colocaram e caminharam para células mais ágeis e integradas nesse espaço. Porém, esse tempo impõe desafios sobretudo quando pensamos na esfera pública, isto é, diante de um mundo que se transforma a todo momento e cujas mudanças são impossíveis de acompanhar, perguntamo-nos qual será o redesenho do Estado enquanto garantidor de direitos? Quais os limites de sua soberania em um espaço e tempo digitais?

Diante desse cenário e dessas inquietações, a Revista de Ciências do Estado construiu esse volume. Assim, o dossiê do Volume 9, Número 1 com o tema *Estado e Soberania na Era Cibernética* visou incentivar ainda mais os estudos ligados à Filosofia da Tecnologia e às disposições do Estado nesse contexto. Para onde caminhará o Estado? Diante das mudanças propiciadas nessa era, qual o futuro da humanidade? É o que o Professor Doutor Daniel Innerarity, da Universidade do País Basco (Espanha), nos ajuda a compreender em nossa entrevista. Convidamos cordialmente o Professor para pensarmos acerca dos temas que circundam a sociedade e a esfera pública nos tempos digitais.

Nesse primeiro número do nono volume da Revista de Ciências do Estado publicamos 04 manuscritos no dossiê; 09 artigos; 01 ensaio e 01 entrevista.

Abre o dossiê, à convite da Revista, o brilhante trabalho do Professor Doutor Fabrício Pasquot Polido intitulado *Estado, soberania digital e tecnologias emergentes: interações entre Direito Internacional, segurança cibernética e Inteligência Artificial*, buscando examinar a relação complexa entre soberania estatal, Direito Internacional, segurança cibernética e Inteligência Artificial (IA). Aborda desafios éticos e práticos, como o uso da IA em ataques

* Graduando em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. Editor-Chefe da Revista de Ciências do Estado (REVICE). ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1296-4185>. Contato: thefonseca2002@outlook.com.

** Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. Bolsista Capes. Bacharel em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Editor-chefe Adjunto da Revista de Ciências do Estado (REVICE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9153-5961>. Contato: lucasantonio10@live.com.

cibernéticos transfronteiriços, e as respostas do Direito Internacional. Analisa ainda as dificuldades dos Estados na proteção de seus espaços digitais, problemas normativos relacionados à manipulação de dados e o poder de conglomerados transnacionais de tecnologia, além do (neo)colonialismo de dados. Destaca estratégias para fortalecer a soberania digital, com reformas jurídicas visando um uso ético, responsável e transparente da IA e promovendo segurança cibernética. Em sequência, temos o trabalho do doutorando Laurence Duarte Araújo Pereira e do Prof. Dr. José Luiz de Moura Faleiros Júnior com o título *Regulação das plataformas digitais no Brasil e a defesa da soberania nacional*, explorando como as Big Tech, líderes do capitalismo do século XXI, desafiam a soberania dos Estados nacionais. Analisando casos como o escândalo Cambridge Analytica envolvendo a Meta e as intervenções do Google no “PL das Fake News”, os autores discutem a influência dessas empresas em decisões políticas globais. O artigo propõe estratégias para a regulação das plataformas digitais, incluindo políticas antitruste, regulamentações baseadas em direitos humanos e iniciativas estatais de inovação tecnológica, como formas de reforçar a soberania estatal no Brasil. Já em *O papel do Estado na superação do subdesenvolvimento na era cibernética*, o doutorando Pedro Aurelio De Queiroz Pereira Da Silva investiga como a nova economia está intensificando a desigualdade e contribuindo para o subdesenvolvimento em nações periféricas, com foco no Brasil. Baseado em pesquisa teórica e revisão bibliográfica fundamentada na obra de Mangabeira Unger, além de dados empíricos secundários, o artigo conclui que o Estado tem um papel central na criação de políticas públicas que possam romper com o agravamento da desigualdade estrutural na era cibernética. Logo adiante, as mestradas Ana Carolina Sassi e Isabela Quartieri da Rosa, discutem a compreensão da tutela do discurso de ódio e seu entrelaçamento com as relações de poder na rede de comunicação do Tik Tok. Como metodologia, o texto analisa o conceito de discurso de ódio e sua utilização como maneira de fomento ao estabelecimento de relações de poder nas redes de comunicação. Para tanto, adotou-se uma abordagem interdisciplinar aliado ao procedimento análise do discurso e técnica de pesquisa bibliográfica e documental, que levou a conclusão da insuficiência da existência das diretrizes e termos de serviço, em *Relações de poder e redes de comunicação: o discurso de ódio protagonizando engajamento*.

Na seção de artigos de temática livre, o Prof. Dr. Diego Matheus de Menezes, almeja a reflexão acerca das contribuições de Charles Tilly para as análises do Estado, além de trazer contribuições no diálogo de abordagens relacionadas com o poder estatal e a natureza estatal, como o neomarxismo e o neoinstitucionalismo. A pesquisa, ao argumentar que a visão de inter-relação entre capital e coerção proposta por Charles Tilly permite que seja enxergado o

movimento, a temporalidade e a metamorfose em processos interativos de longa data, propõe no atual contexto, um olhar renovado para os processos descritos pelo autor e assim possibilita repensar o campo de análise sobre as transformações do Estado nos dias atuais a partir das novas dinâmicas da interação entre capital e coerção, em *Capital e coerção nos estudos sobre o Estado: Contribuições a partir do pensamento de Charles Tilly*. Em sequência, *Revolução, conservadorismo e nacional-estatismo na assinatura política do ministro Capanema*, do Prof. Dr. Sérgio Montalvão e da mestranda Juliana Amaral tem como foco a trajetória política de Gustavo Capanema durante a era Vargas. Especialmente a forma como o Ministro da Educação e Saúde (1934-1945) aprofundou a reforma do aparelho estatal em colaboração permanente com os setores mais tradicionais da sociedade. É observado que com a criação do Ministério em novembro de 1930, ocorreu o fortalecimento da capacidade estatal de organizar a expansão da educação em larga escala no país. No entanto, essa expansão foi estabelecida nos limites dos compromissos do setor privado e do Estado Nacional, o que resultou em um processo de desenvolvimento menos inclusivo e democrático. O estudo procura identificar nas relações do ministro com os representantes da Igreja Católica e com a elite modernizante de Minas Gerais, as razões por trás de suas políticas educacionais. Já em *Agarrando a Cidadania?: A desobediência civil e o valor equitativo das liberdades políticas em John Rawls* do doutorando João Pedro Lopes Fernandes é reconstruído o problema da desobediência civil dentro da teoria da justiça de John Rawls, a fim de apresentar um argumento sobre a teoria política rawlsiana como um todo. Também é realizada uma reconstrução categorial da teoria da justiça e da teoria política de John Rawls, examinando suas potencialidades. Ademais, no texto, o valor equitativo das liberdades políticas é explorado como um critério de justificação para a desobediência civil, fundamentado no argumento de Rawls de que todos os cidadãos devem ter asseguradas as bases sociais para um igual senso de autorrespeito. Em *Novos Velhos Antagonismos: a violência política contra as mulheres e o resgate do agonismo em Chantal Mouffe*, a mestranda Beatriz Siqueira Coutinho Suassuna intelectualiza, à luz dos críticos às democracias deliberativas, o incremento da violência política contra as mulheres como sintoma dos limites apresentados pelo consenso racional. Utiliza-se a teoria do pluralismo agonístico de Chantal Mouffe como alicerce desse pensamento crítico, além disso, estabelece-se a necessidade do resgate do elemento do conflito e das paixões na esfera pública. Objetiva-se refletir sobre suas contribuições para a análise da onda crescente de violência política direcionada às mulheres no contexto brasileiro e do reaparecimento dos antagonismos em um cenário político global marcado pela desdemocratização e pela mobilização dos afetos por movimentos da extrema-direita. Em sequência, os doutorandos José Luiz Cavalcanti Pedrosa Júnior e Gustavo Barros

Costa e a Prof. Dra. Lorena Madruga Monteiro analisam a violência estatal em Alagoas e Maceió, focando nas implicações socioterritoriais e raciais. Utilizando dados de 2013 a 2023, a análise destaca que jovens homens pretos e pardos, de 15 a 29 anos, são as principais vítimas de homicídios e letalidade policial, especialmente em áreas com baixos indicadores de desenvolvimento humano, em *Território, raça e violência estatal: notas sobre a sociedade de (in)segurança e a necropolítica em Alagoas e Maceió*. Em *Estudo comparativo entre os programas de ensino superior universitário do Brasil e da União Europeia*, a mestra Elizabete Alves Santana Depollo e o acadêmico Luiz Henrique Santana Depollo analisam a questão educacional relacionada aos programas de ensino superior universitários e os paralelos que podem ser estabelecidos entre o Brasil e os países europeus. Essa questão é posta em destaque quando, na atual conjuntura econômica da União Europeia, alguns países sofrem com consequências atreladas ao envelhecimento populacional. Devido ao contexto de globalização e intensificação dos ritmos migratórios, sobretudo de brasileiros, ao continente europeu, ocorre uma acentuação da problemática. No artigo seguinte, a acadêmica Nathália Viana Lopes e os Professores Doutores Layde Lana Borges da Silva e Marcus Vinicius Rivoiro investigam os fatores determinantes da segregação socioespacial que dificultam o acesso à justiça e à informação no município amazonense de Lábrea. O estudo explora e analisa os impactos do distanciamento das políticas públicas em relação ao interior amazonense no período de crescimento da política econômica de extrativismo de látex, que proporcionou a região metropolitana de Manaus/AM destaque nacional e internacional. Utilizando de informações do Governo Federal Brasileiro e do Tribunal de Justiça do Amazonas junto a referências que versam sobre o acesso à justiça no Amazonas, a vulnerabilidade social região ribeirinha da Amazônia e o acesso à justiça durante a pandemia, o texto propõe ações que podem facilitar o acesso aos direitos previdenciários e assistenciais do sistema judiciário e do INSS, em *Acesso à informação e justiça na Amazônia Ocidental: A segregação socioespacial como causa obstativa à concessão de benefícios por incapacidade no município de Lábrea/AM*. Na sequência o mestrando Lucas Pereira da Paz Bezerra, apresenta o artigo intitulado de *A estrutura repressiva da autocracia burguesa bonapartista no Brasil: a Operação Radar (1973-1976)*, analisando a repressão durante o regime pós-golpe de 1964 e sua ligação com a perseguição ao Partido Comunista Brasileiro, destacando a Operação Radar (1973-1976). O estudo investiga se essas ações refletem o bonapartismo, uma forma de dominação que emerge em tempos de crise, retirando o poder da burguesia e dando autonomia ao Estado. Utilizando documentos do Centro de Informações do Exército e apoiando-se nos historiadores Caroline Silveira Bauer e Mariana Joffily, esta pesquisa contribui para o debate sobre as estruturas

repressivas da História Social brasileira. Por fim, o mestrando Gianluca Nicochelli e o doutorando Júlio Eduardo Damasceno Medina nos brindam com o artigo *Política, federalismo e Supremo Tribunal Federal no contexto da pandemia: uma visão dinâmica do arranjo em meio à política tensa*, buscando analisar a atuação do STF, diante do contexto de crise de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19, em matéria de conflitos federativos. Para isso, o estudo objetiva correlacionar o STF e o federalismo de maneira política, através da relação entre direito e política, demonstrando que a corte não estaria isenta dessa influência. Como método científico, utiliza-se a noção de política tensa como uma maneira de testemunho desta aproximação, o que motivou a escolha da ADI 6341. O estudo embasa o pensamento de que o federalismo é consequência de disputas políticas. Para realizá-lo, utilizou-se os estudos de Judith Resnik e José Arthur Castillo de Macedo.

Na seção de ensaios, a mestra Telma Ferreira Farias Teles Costa traz *Para toda exceção, sempre há uma regra: da normalidade democrática às suas deformações contemporâneas*, abordando a complexidade do conceito de democracia, explorando de forma crítica a abordagem minimalista que influi a compreensão atual desse sistema. Com o objetivo de identificar as deficiências e oportunidades dessa perspectiva para uma visão integrada entre democracia e mercado, o ensaio observa que as perspectivas minimalistas tendem a favorecer análises que versem sobre a eficiência de mercado em detrimento do engajamento cívico, se distanciando de abordagens que, por sua vez, realçam a importância da voz e envolvimento dos cidadãos na política.

Na entrevista *Nuevos desafíos en la era cibernética* com o Prof. Dr. Daniel Innerarity, os mistérios e desafios dos tempos digitais são desvendados. Nela é discutido como o avanço tecnológico global desafia os Estados, especialmente pela velocidade das mudanças, e analisa a dificuldade extrema que os Estados enfrentam para controlar e integrar as novas tecnologias na sociedade.

A Equipe Editorial da Revista de Ciências do Estado agradece intensamente às autoras e aos autores que construíram esse número por terem confiado em nosso trabalho, aos avaliadores e às avaliadoras pela parceria na construção desse volume e a todos aqueles e todas aquelas que direta ou indiretamente fizeram com que esse dossiê fosse possível.